

FORTIFICANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONHECIMENTO E PROCESSOS FORMATIVOS DE EDUCAÇÃO PARA O SUCESSO DO DISCENTE

Simone Ferreira de Aquino ¹

Hiandra da Silva Pereira ²

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes conquistas das políticas educacionais contemporâneas. Fundamentada nos princípios da igualdade e do respeito à diversidade, a inclusão busca assegurar o direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais. No contexto brasileiro, essa perspectiva vem sendo consolidada a partir de legislações e políticas públicas que reconhecem a necessidade de promover o acesso, a permanência e o sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

Diversos estudiosos, como Baumel e Castro (2002), Glat e Nogueira (2002) e Carvalho (1999), ressaltam que a efetivação da inclusão escolar depende de uma profunda transformação nas práticas pedagógicas, nas concepções docentes e na organização das instituições de ensino. A formação de professores, a adaptação curricular e o uso de recursos pedagógicos diferenciados são apontados como elementos fundamentais para garantir o desenvolvimento pleno desses estudantes

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para alcançar os resultados pretendidos, foi utilizado, inicialmente, uma abordagem qualitativa, direcionando os estudos ao arcabouço normativo que tem por escopo a garantia de um sistema educacional justo, inclusivo e igualitário, tal como das premissas basilares das novas estratégias de fortalecimento das políticas de inclusão. Nessa esteira, a presente investigação científica se delineia no campo da política nacional de educação especial, sob o enfoque da educação inclusiva.

O método de pesquisa empregue foi o dedutivo, propondo-se ao estudo das instituições de ensino enquanto espaços de acolhimento, de reconhecimento das

¹ Graduando do Curso de **XXXXXX** da Universidade Federal - UF, autorprincipal@email.com;

² Graduado pelo Curso de **XXXXXX** da Universidade Federal - UF, coautor1@email.com;

diversidades e de efetivação do direito à educação para todos, quando de sua garantia constitucional e enunciado universal. O ponto de chegada desta pesquisa, isto é, as ideias particulares, se desenham, portanto, na produção das rotinas pedagógicas no processo formativo dos educadores, como parte interessante das novas metodologias que favorecem o diálogo entre os educadores, famílias e comunidades no processo de desenvolvimento das atividades práticas dos discentes e na construção do conhecimento de forma justa e harmônica.

O tipo e a técnica de pesquisa aplicados correspondem ao bibliográfico e à documental indireta, respectivamente. Estes, conduzem a pesquisa para o campo do estudo e interpretação de dados e informações de fontes bibliográficas e documentais, para fins de compreensão do liame entre as estruturas estáticas e segregatórias, ancoradas em metodologias arcaicas que padronizam os sujeitos e os processos de ensino-aprendizagem e, a educação inclusiva enquanto paradigma educacional de garantia dos direitos humanos e enfrentamento às práticas.

discriminatórias. Para tanto, o itinerário que se segue se baseia na identificação dos elementos que se vinculam ao objeto, a partir de pesquisas em bases acadêmicas, tais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), revistas, livros e legislação vigente.

O referido arranjo investigativo lança luz à urgência de respostas afirmativas quanto aos desdobramentos das novas políticas do sistema educacional, especialmente no que toca a inclusão e a necessidade de formação continuada dos educadores. Nesse diapasão, as alternativas adaptativas que reconhecem os novos conceitos que se relacionam com a construção e produção do conhecimento, tal como as características próprias e diversas dos diferentes sujeitos que a constituem, espelham um passo importante no cenário evolutivo a inclusão no espaço escolar.

Para mais, o presente projeto se utiliza das metodologias ativas, isto é, aplicação de estilos de ensino que promovam a participação ativa de todos os alunos, como aprendizagem baseada em projetos. Ademais, busca-se realizar campanhas internas, com a implementação de iniciativas dentro da escola para educar alunos e pais sobre temas da diversidade e inclusão, além da promoção de eventos culturais, voltados à celebração da diversidade, convidando comunidades locais a participar e por fim, realização de avaliações periódicas para verificar o progresso dos educadores e a efetividade das práticas implementadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

No percurso evolutivo dos sistemas de educação nacional, a Carta Magna brasileira de 1988, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, tal como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, consagrou a educação como um direito a todos inerente. No âmbito do fortalecimento das políticas de educação, é mister lançar luz a outros instrumentos normativos, sejam quais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 14.952 /24) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que por sua vez, preconizam os pilares do sistema de educação inclusiva e fortalecem os novos projetos políticos-pedagógicos. Adstrito à necessidade de garantia de uma educação justa e equânime para todos, a necessidade de formação continuada e especializada dos educadores tem sido objeto de debates. Nesse diapasão, Bueno (1999) aduz com transparente sapiência que a construção dos espaços de educação inclusiva se vincula ao reconhecimento das singularidades e das características próprias dos educandos, isto é, é a individualização do processo de ensino-aprendizagem conduz à inclusão escolar, mas exige do educador uma educação especial.

A formação clássica do professor, privilegiando uma concepção estática do processo de ensino-aprendizagem, trouxe como consequência a existência de uma metodologia de ensino universal, que seria comum a todas as épocas e a todas as sociedades. Desta forma, durante muito tempo acreditou-se que havia um processo de ensino-aprendizagem padronizado e saudável para todos os sujeitos, e aqueles que apresentassem algum tipo de dificuldade, distúrbio ou deficiência, teria sua condição associada à anormalidade, eufemisticamente denominadas de “alunos especiais”, e alijados do sistema regular de ensino (Glat e Nogueira, 2002).

Esta concepção de normalidade deu lugar a dois tipos de processos de ensino-aprendizagem: o normal, onde o professor estaria frente aos alunos considerados normais (que seguem o padrão de aprendizagem) para o qual ele foi preparado durante sua formação; e o especial, onde o professor estaria frente aos alunos que apresentam os denominados distúrbios ou dificuldades de aprendizagem e/ou aqueles que precisam de processos de ensino- aprendizagem diferenciados por apresentar deficiências ou demais necessidades educacionais especiais (Glat e Nogueira, 2002).

Indubitavelmente, a prática pedagógica é um elemento-chave na transformação da escola, estendendo essa possibilidade de transformação à sociedade. Ante o reconhecimento da diversidade, as práticas pedagógicas têm caminhado no sentido da pedagogia das diferenças (Mendes, 2002).

Na forma do Estatuto do Magistério Oficial do Estado do Ceará (Lei no 10.884/84), o professor especializado deverá ter requisitos básicos inerentes à sua função, equilíbrio emocional, compreensão, tolerância, flexibilidade e grande habilidade diante das situações imprevistas, contornando os problemas com firmeza e serenidade, realizando junto aos demais profissionais, atividades que estimulem o processo de integração e inclusão do aluno com necessidades especiais.

Os estudos direcionados à autores como Bueno (1999), Mendes (2002) e Glat e Nogueira (2002) põe em evidência que o reconhecimento da diversidade dos educandos e o respeito às suas potencialidades e necessidades, são premissas fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem harmônicos e à garantia de uma qualidade pedagógica passível de tornar efetivo, no espaço educacional, a dignidade da pessoa humana e a igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É salutar expor a participação dos alunos e a importância do trabalho coletivo em termos de construção do espaço educacional inclusivo, assim como a troca de ideias entre os docentes,

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão não poderão ser utilizados gráficos, tabelas e quadros (que podem ser inseridos apenas no banner para apresentação).

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em consideração a referência a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados. famílias e comunidade com fins de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem inclusivo, através da produção da vivência do educando. Para tanto, a formação continuada dos educadores se faz imprescindível. A produção das rotinas pedagógicas no processo formativo dos educadores é um importante viés de fortalecimento das políticas de educação.

Sob essa óptica, busca-se desenvolver, na moldura da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, materiais didáticos adaptados, tais como apostilas em braile, audiobooks e jogos pedagógicos adaptados, no fito de potencializar os processos de ensino-aprendizagem a partir do reconhecimento e atendimento às necessidades particulares e específicas dos discentes, garantindo um efetivo acesso à educação para todos.

Paralelo a isso, de modo a complementar e suplementar a formação continuada dos professores e desenvolvimento curricular, a disponibilização de cursos online voltados às metodologias de ensino adaptativas às necessidades do aluno, também se traduz em um recurso educacional interessante à formação continuada dos professores e sua importância se vislumbra no desenvolvimento de habilidades e competências que aperfeiçoam e melhoram o exercício das atividades do educador e, por conseguinte, os processos de ensino-aprendizagem harmônico.

Por fim, a estruturação de instrumentos que estimulem o diálogo entre os educadores, as famílias e a comunidade no processo de ensino-aprendizagem se fazem imprescindível no fortalecimento dos novos paradigmas de educação inclusiva. Nessa esteira, a inserção das metodologias ativas, tal como as campanhas internas e eventos culturais direcionados aos docentes, discentes, famílias e comunidades são alternativas que fortalecem a compreensão e a identificação das reais necessidades e das formas de enfrentamento à discriminação, exclusão e marginalização de forma efetiva e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das referências apresentadas, observa-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer um compromisso contínuo com a formação de professores, a adaptação curricular e a mudança de paradigmas sobre a diversidade no ambiente escolar. As obras consultadas destacam que a inclusão não se resume apenas à inserção física do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular, mas envolve a criação de condições efetivas para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Autores como Baumel e Castro (2002) e Glat e Nogueira (2002) enfatizam a importância da formação docente voltada para a diversidade, evidenciando que o preparo teórico e prático dos professores é essencial para superar barreiras atitudinais e

pedagógicas. Já Carvalho (1999) e Belisário Filho e Cunha (2010) apontam que as adaptações curriculares e os recursos pedagógicos diferenciados são estratégias fundamentais para garantir a equidade no processo educativo.

Além disso, documentos legais como a **Constituição Federal de 1988**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996)** e os **Parâmetros Curriculares Nacionais (1999)** consolidam a inclusão como um direito de todos e um dever do Estado, reforçando o princípio da educação para a diversidade.

Portanto, promover a inclusão escolar é um desafio que envolve dimensões políticas, pedagógicas e sociais. Exige o reconhecimento das diferenças como parte da condição humana e o comprometimento de toda a comunidade escolar em construir práticas educacionais mais justas, democráticas e acolhedoras. Somente assim será possível avançar em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de assegurar a todos o direito de aprender e conviver em igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: escola; docente, discente, sucesso , inclusão.

REFERÊNCIAS

BAUMEL, Roseli C. Rocha de Carvalho e CASTRO, Adriano Monteiro de. **Formação de professores e a escola inclusiva: questões atuais**. Integração, v. 14, n. 24, p. 6-11, 2002. Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001295949>> Acesso em: 25 out. 2024.

BELISÁRIO, Filho, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação ESPECIAL. Brasília, 2010. Disponível em < https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43219/1/2010_liv_jfbelisariofilho.pdf> Acesso em 25 de out. de 2024.

BUENO, José Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL, Congresso Nacional (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394. Brasília/DF: Centro Gráfico.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares/** Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CARDOSO, M. S. et al. A integração/Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: implicações psicopedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v.1, n. 1, 2000.

CARVALHO, Erenice Natália. **Adaptações curriculares: uma necessidade. Salto para o futuro.** Educação especial: tendências atuais. Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 1999. Disponível em < [https://gedh-uerj.pro.br/wp-content/uploads/tainacan-items/14699/41803/1999_MEC_SEaD_Salto_Futuro_Educacao_Especial_Tendencias_Atuais](https://gedh-uerj.pro.br/wp-content/uploads/tainacan-items/14699/41803/1999_MEC_SEaD_Salto_Futuro_Educacao_Especial_Tendencias_Atuais.pdf#page=49)

.pdf#page=49> Acesso em 26 de out. de 2024.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Ministério da Educação; Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 1999. Disponível em < [https://gedh-uerj.pro.br/wp-content/uploads/tainacan-items/14699/41803/1999_MEC_SEaD_Salto_Futuro_Educacao_Especial_Tendencias_Atuais](https://gedh-uerj.pro.br/wp-content/uploads/tainacan-items/14699/41803/1999_MEC_SEaD_Salto_Futuro_Educacao_Especial_Tendencias_Atuais.pdf#page=49)

.pdf#page=49> Acesso em 24 de out. de 2024.

ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Avaliação assistida para crianças com necessidades educacionais especiais: um recurso auxiliar na inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.-Dez. 2005, v.11, n.3, p.335-354. Disponível em < <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v11n03/v11n03a03.pdf> > Acesso em 26 de out. de 2024.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Educação Especial e Inclusão. **Revista Integração.**

Ano 14, n.º 24, 2002.

FREITAS, Soraia; CASTRO, Sabrina. **Representação social e Educação Especial.**

Disponível em <[http:// www.ufms.br/](http://www.ufms.br/)> Acesso em 25 de out. de 2024.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Maria Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração.** Ano 14, nº24. 2002.